



A ANIQUILAÇÃO SIMBÓLICA DOS AFRO-BRASILEIROS PELO IMPÉRIO DO BRASIL NAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS (1867-1889)¹

THE SYMBOLIC ANNIHILATION OF AFRO-BRAZILIANS BY THE EMPIRE OF BRAZIL IN UNIVERSAL EXHIBITIONS (1867-1889)

Daniel Malanski*

University College Dublin

 <https://orcid.org/0000-0002-0915-7077>

danielmalanski@gmail.com

RESUMO: Durante a segunda metade do século XIX, as Exposições Universais eram os maiores megaeventos do mundo. Nações periféricas, impérios europeus e suas ex-colônias compartilhavam um espaço físico onde podiam exibir com orgulho seus avanços sociais e tecnológicos em direção a um modelo utópico de sociedade moderna. O recém-criado Império do Brasil (1822-1889) aproveitou essas oportunidades para forjar sua própria identidade. No entanto, os comitês organizadores brasileiros desses eventos pareciam incomodados com o fato de o país pertencer ao grupo das últimas nações do Hemisfério Ocidental que ainda não haviam abolido a escravidão. Neste artigo, utilizamos o conceito de *aniquilação simbólica* (termo que vem das ciências da comunicação) para analisar os meios utilizados pelos comitês brasileiros para fugir o tema da escravidão.

PALAVRAS-CHAVE: Império do Brasil; exposições universais; escravidão; representação; aniquilação simbólica

ABSTRACT: During the second half of the 19th century, the World's Fairs were the largest mega-events in the world. Peripheral nations, European empires and their former colonies shared a physical space in which they could proudly exhibit their social and technological advances toward a utopian model of modern society. The recently created Empire of Brazil (1822-1889) took advantage of these opportunities to forge its own identity. Nevertheless, the Brazilian organizing committees of these events seemed uneasy

¹ Uma versão anterior deste artigo foi publicada em francês pela revista *Caravelle - Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, N° 116, pp. 187-204. 2021.

* Professor Temporário (ATER) na Université de Lyon I. O pesquisador foi Irish Research Council (IRC) Postdoctoral Research Fellow na University College Dublin (UCD). Daniel Malanski é PhD (cum laude) em História Cultural pela Université de la Sorbonne Nouvelle (França) e em Comunicação Audiovisual pela Universidad Autónoma de Barcelona (Espanha). Realizou ainda doutorado-sanduiche no Brazil Institute do Kings College London (Reino Unido) e foi Senior Research Assistant na City University of Hong Kong (SAR/China).

because the country was one of the last nations in the Western Hemisphere which had not abolished slavery. In this article, we have used the concept of symbolic annihilation (a term that comes from communication sciences) to analyze the means used by Brazilian committees to avoid the topic of slavery.

KEYWORDS: Empire of Brazil; world's fairs; slavery; representation; symbolic annihilation.

INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XIX, as Exposições Universais não eram simples lugares onde empresários – tanto agrícolas como industriais – podiam expor seus produtos e descobrir novas tecnologias para o aumento de suas produções. As exposições também eram arenas por onde as potências imperiais europeias ditavam tendências globais em diferentes campos da expressão humana, ampliando assim suas influências sobre as demais nações. Ademais, nesses eventos, jovens nações periféricas também tentavam apresentar suas desejadas imagens – cuidadosamente construídas de acordo com aspirações e necessidades – ao mundo ocidental (RYDEL, 1984).

Apesar de seu nome, o Império do Brasil se enquadrava neste último grupo – o de jovens nações periféricas. Para o Brasil do final do século 19, que havia conquistado a independência de Portugal há apenas algumas décadas, suas participações nas exposições eram essenciais, pois eram vistas como oportunidades para a consolidação da imagem do império, diferenciando-se assim de outras nações latino-americanas. Portanto, o estudo das participações brasileiras nas exposições do final do século XIX é essencial para entender como certos mitos de fundações nacionais do Brasil – como, por exemplo, a teoria das três raças de Von Martius – na qual a civilização brasileira seria a fusão das culturas portuguesa, ameríndia e africana (VON MARTIUS, 1956) – e o indianismo (movimento literário e artístico caracterizado por ter o ameríndio como figura central) – foram adaptados para melhor se enquadrar na agenda política e intelectual internacional e trazer uma avaliação positiva do passado, presente e futuro da nação (MALANSKI, 2019).

Muitos autores analisaram a representação do Brasil e dos brasileiros nas exposições universais do século XIX. Barbuy, por exemplo, explorou o papel central que os indígenas desempenharam na Exposição de Paris de 1889, quando esses foram retratados como a personificação de rios brasileiros em seis esculturas colocadas no exterior do pavilhão do Brasil - simbolizando assim a energia, viabilidade e fertilidade do país (BARBUY, 1996). Já Schuster destacou que em Londres, em 1862, a representação da população brasileira foi bastante reduzida, concentrando-se estritamente nos brasileiros de ascendência europeia: "as poucas fotografias e pinturas incluídas no acervo [...] representavam apenas membros da família imperial bem como uma série de personalidades ilustres" (SCHUSTER, 2015a, p. 21). Apesar de sua importância para a historiografia nacional no que diz respeito a representação étnica do país em eventos internacionais do século XIX, essas obras não evocaram de maneira sistemática a não-representação dos escravos africanos - assim como a banalização das condições precárias em que eles viviam - no âmbito das exposições universais.

Conscientes da difícil tarefa de nos referirmos à falta de algo, ao que não está - ou não esteve - presente no discurso, utilizaremos a noção de *aniquilação simbólica* como ferramenta teórica para fundamentar nossa análise. O termo '*aniquilação simbólica*' foi utilizado pela primeira vez na década de 1970, por Gerbner e Gross, para descrever como a não-representação, ou sub-representação, de determinados grupos na mídia era uma forma de manter, conscientemente ou não, a desigualdade social nos Estados Unidos. Segundo os autores, "a representação no mundo ficcional significa existência social e a ausência, significa aniquilação simbólica" (GERBNER & GROSS, 1972, p. 182). O conceito - inicialmente utilizado para expor preconceitos da sociedade norte-americana (principalmente em relação às mulheres, afrodescendentes e homossexuais) através da análise de programas de televisão - passou, no início do século XXI, a ser também aplicado à não-representação e/ou à sub-

representação do conjunto de objetos ligados aos escravos afro-americanos em museus de plantações no sul dos Estados Unidos (EICHESTEDT & SMALL, 2002).

Em seu livro, *Representations of Slavery: Race and Ideology in Southern Plantation Museums* (2002), Eichstedt e Small descreveram diferentes formas de aniquilação simbólica aplicadas à escravidão, entre elas: a não reprodução da escravidão dentro de um universo simbólico (*aniquilação*), ou mesmo referências muito breves e superficiais a ela; sua *banalização* (através de versões idealizadas e distantes da realidade das condições de vida dos escravos, destinadas a restaurar uma aura de normalidade à escravidão), assim como a sua *derivação*: o desvio intencional no foco da representação (quando a narrativa se concentra, por exemplo, na benevolência dos fazendeiros e não no sofrimento dos escravos). Através de sua pesquisa, Eichstedt e Small mostraram que a experiência da escravidão foi sistematicamente excluída das principais narrativas expostas nos museus da região. Deste modo, os autores concluíram que "se as histórias que são contadas andam de mãos dadas com as injustiças que existem na cultura mais ampla, então esses locais [como o museu da plantação que analisaram] funcionam como agentes de injustiça social, ou seja, perpetuam a dominação e opressão" (*Ibid.*, p. 270).

Neste artigo, discutiremos como o Império do Brasil (1822-1889) praticou a *aniquilação simbólica* dos afro-brasileiros escravizados (ignorando sua existência ou representando-os superficialmente), bem como a *banalização* e a *derivação* da escravidão no Brasil, através do "mito do escravo grato e feliz" (*Ibid.*, p. 147) nas exposições universais e internacionais entre 1867 e 1889. Para isso, analisaremos obras apresentadas pelas comissões organizadoras brasileiras desses eventos, bem como relatórios e catálogos oficiais - e publicações com

apoio governamental - de Paris 1867, Viena 1873, Filadélfia 1876, São Petersburgo 1884 e Paris 1889².

Através da nossa análise, buscamos lançar luz sobre a duplicidade das representações da escravidão no contexto das exposições internacionais do século XIX. Tais representações difundiram versões maquiadas e preconceituosas da vida de uma parcela significativa da população brasileira em benefício de parte considerável das elites nacionais brasileiras. Argumentamos que, em última análise, a aniquilação simbólica da escravidão no Brasil por meio das Exposições Nacionais do século 19 faz parte de uma tradição brasileira de fugir da, ou minimizar a, discussão das consequências sociais da escravidão - uma tradição que, em diferentes momentos da era republicana, desenvolveu o mito de que o Brasil é uma democracia racial, apoiando assim movimentos que se opõe às ações afirmativas, bem como teorias revisionistas sobre as condições de vida dos afro-brasileiros durante a escravidão.

É importante notar que nos 22 anos incluídos em nossa análise, o Brasil era um dos últimos lugares do Hemisfério Ocidental (junto com Porto Rico e Cuba) a ainda não ter abolido completamente a escravidão. No período em que ocorreram as reformas abolicionistas - que visavam preparar o país e os latifundiários para a transição de um complexo econômico baseado na escravidão, nas monoculturas e nos latifúndios (ALONSO, 2009, p. 98) - o Império do Brasil consistentemente evitou retratar a escravidão que ocorria no país. Tal estratégia tinha como objetivo apresentar o Brasil como uma nação

² Esses relatórios/catálogos oficiais, ou realizados com apoio governamental, foram compilados pelos comitês brasileiros organizadores dos pavilhões do país nas Exposições Universais. Eles destinavam-se a diplomatas, autoridades políticas, investidores estrangeiros e pessoas com interesse no país e geralmente eram publicados em português, francês (língua da diplomacia na época) e na língua do país onde a exposição aconteceria. Geralmente eram impressos no Rio de Janeiro, mas em alguns casos eram impressos no país anfitrião (para evitar custos adicionais de envio). Atualmente, esses relatórios podem ser encontrados no *Bureau International des Expositions* - BIE (em Paris) e na *National Library* (em Washington DC nos Estados Unidos). Alguns deles foram digitalizados e colocados online pela Biblioteca Nacional da França - BNF. Consulte a bibliografia deste artigo para mais informações sobre cada um deles.

ocidental moderna entre os trópicos, precisando apenas de imigrantes (europeus) para realizar todo o seu potencial.

O SIGNIFICADO DAS EXPOSIÇÕES PARA BRASIL E PARA OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Em um contexto latino-americano, as exposições serviam como vitrines para mostrar os avanços das nações jovens em direção ao mundo moderno. Como "a modernidade e a tecnologia eram obsessões de parte da elite esclarecida da América Latina" (PESAVENTO, 1997, p. 19), as exposições universais também serviam de plataforma para as elites latino-americanas exibirem a sua erudição eurocêntrica, buscando assim o reconhecimento do mundo desenvolvido, na esperança de serem vistas como seus iguais. No século XIX "construiu-se um objetivo e um sonho latino-americano, ou seja: ser moderno, participar do caminho do progresso, tornar-se uma grande nação, desfazer a imagem do tropical exotismo do atraso e da inércia" (*Ibid.*).

No entanto, havia um certo conflito de interesses na imagem que as nações latino-americanas queriam mostrar de si nesses megaeventos. Se, por um lado, as burguesias latino-americanas queriam ser reconhecidas como parte de uma elite ocidental, por outro, as elites políticas desses países também buscavam mostrar a proximidade de seus países com a natureza bruta de seus territórios para apresentar a região como uma terra de oportunidades, com enorme potencial – necessitando apenas de braços europeus e investimentos para prosperar como uma sociedade moderna. No Brasil, isso resultou em pavilhões que geralmente exibiam uma mistura de espécimes exóticos da flora e produtos agrícolas (como madeira, mate, cacau, borracha, açúcar e café) com produtos manufaturados, ferramentas industriais e obras de arte nacionais de alto nível técnico.

No que diz respeito à representação de sua sociedade, o Império do Brasil apresentava constantemente representações de apenas dois dos três pilares da civilização brasileira tal qual elencados por Von Martius (VON MARTIUS, 1956): o caráter português, que encarnaria os laços íntimos do Brasil com a Europa e, portanto, um vínculo com sociedade ocidental moderna; e o caráter nativo americano, que por sua vez, traria um grau de diferença do país com relação ao seu ex-colonizadores e que representaria também a pureza de uma terra que ainda vivia em suas *Aetas Aurea* – e que seria, portanto, um território quase virgem pronto para ser explorado em benefício da sociedade ocidental.

Apesar de sua incompatibilidade aparente entre a imagem de uma monarquia ocidental em desenvolvimento nos trópicos e a de um paraíso terrestre intocado com potencial inexplorado, essas duas representações do Brasil coexistiram graças aos esforços do império brasileiro para representar a nação como uma terra onde essas duas realidades eram não apenas possíveis, mas complementares. Desta maneira, uma terceira representação do país (aquela baseada na dura realidade do terceiro pilar étnico da nação, os afro-brasileiros) foi sistematicamente evitada pelos comitês brasileiros que organizavam exposições universais.

A ANIQUILAÇÃO SIMBÓLICA DOS AFRO-BRASILEIROS E DA ESCRAVIDÃO NAS EXPOSIÇÕES

Referências pictóricas aos afro-brasileiros eram raras nos pavilhões brasileiros nas feiras mundiais (SCHUSTER, 2015b). Isso pode ser explicado por uma série de motivos: (a) o constrangimento causado pela demora do Brasil em abolir a escravidão quando a maioria dos países do Novo Mundo o tinham feito no início do século; (b) apesar da escravidão ter sido abolida nas décadas anteriores em muitos países europeus, grande parte da intelectualidade europeia ainda acreditava na superioridade racial dos caucasianos em

detrimento de africanos e asiáticos; (c) alguns eugenistas europeus, como o conde de Gobineau, acreditavam que a mistura de pessoas de diferentes cores de pele, como a que ocorria no Brasil, era uma *degeneração* (GOBINEAU, 1967); (d) o fato da maioria da população brasileira ser, já no século XIX, mestiça poderia ser usada como prova – por aqueles que acreditavam na superioridade caucasiana – da propensão ao fracasso da nação; e, por fim, (e) o fato de que as exposições universais, que celebravam a indústria e o sistema capitalista moderno, eram megaeventos feitos para (e pela) sociedade burguesa, a qual dependia do trabalho assalariado para continuar a expandir o mercado capitalista (MARX & ENGELS, 1850).

Assim, as primeiras mostras brasileiras em exposições universais ignoraram completamente (ou se concentravam muito pouco em) a presença de afrodescendentes e escravos no território do país. Em Paris de 1867, algumas linhas do volume de 360 páginas do relatório oficial da exposição do Império do Brasil foram dedicadas aos “1.400.000 escravos” (COMMISSION DU BRÉSIL À L’EXPOSITION UNIVERSELLE DE 1867, 1867). A inquietação do império com a questão da escravidão no Brasil é evidente não só pela escassa quantidade de informações que o trabalho apresenta sobre a vida de mais de um décimo da população do país (estimada pelo mesmo volume em 11.780.000 habitantes), mas também pelo tom apologético usado pela comissão organizadora ao abordar o assunto:

Cette institution a été imposée au Brésil par la force de circonstances particulières qui datent des premières années de sa découverte. Les questions de la solution desquelles dépend sa suppression occupent sérieusement l’attention du gouvernement ; il a manifesté sa résolution à cet égard dans la réponse faite dernièrement à l’Association d’émancipation Française³ (*Ibid.*, 29).

³ “Essa instituição foi imposta no Brasil pela força de circunstâncias particulares que datam dos primeiros anos de seu descobrimento. As questões de cuja solução depende sua supressão ocupam seriamente a atenção do governo; [que] manifestou a sua resolução a este respeito na resposta recentemente dada à Association d’émancipation française”.

O trabalho também apresenta um relato que banaliza a escravidão no Brasil, generalizando – e maquiando – o modo de vida dos escravos no país em uma época em que havia pouca vigilância sobre as condições enfrentadas pelos afro-brasileiros forçados a trabalhar nas plantações:

Les esclaves sont traités avec humanité, généralement bien logés et bien nourris. Dans la plupart des plantations, ils sont même autorisés à cultiver pour leur propre compte, et disposent librement de leurs récoltes. Leur travail est aujourd'hui modéré et d'ordinaire n'a lieu que de jour; les soirées sont destinées au repos, en partie à des pratiques religieuses, ou à des divertissements⁴ (*Ibid.*).

Assim, nos poucos parágrafos sobre o assunto, o comitê brasileiro de Paris de 1867 procurou ocultar a rotina árdua dos trabalhadores forçados, banalizando suas difíceis condições de vida e apresentando um relato positivo de seu cotidiano. Além disso, a comissão de Paris de 1867 também procurou responsabilizar os ex-colonizadores pela adoção da escravidão no país: "esta instituição foi imposta ao Brasil pela força de circunstâncias particulares que datam dos primeiros anos de seu descobrimento" (*Ibid.*).

No mesmo relatório, o comitê brasileiro declara que "as questões de cuja solução depende sua supressão ocupam seriamente a atenção do governo [do Brasil]" (*Ibid.*). Essas questões sobre a solução da repressão à escravidão no Brasil eram, em grande parte, de origem econômicas. O Brasil ainda dependia do trabalho forçado para manter produtivas suas plantações de cana-de-açúcar e café. No entanto, para modernizar sua economia, ampliar seu mercado interno e pôr fim a uma prática ultrapassada, agora moralmente rejeitada e considerada bárbara no mundo dito civilizado, em 1871, o Império tomou a

⁴ "Os escravos são tratados com humanidade, geralmente bem alojados e bem alimentados. Na maioria das plantações, eles estão até autorizados a cultivar por conta própria e dispor livremente de suas colheitas. Seu trabalho hoje é moderado e geralmente ocorre apenas durante o dia; as noites são destinadas ao descanso, em parte às práticas religiosas ou ao entretenimento".

primeira medida da abolição da escravatura no Brasil: a *Lei Rio Branco*, popularmente conhecida como *Lei do Ventre Livre*.

Embora, a lei pareça ser um avanço notável em relação aos direitos dos afro-brasileiros, pois considerava livres todos os filhos nascidos de mãe escrava após a data de sua implementação (28 de setembro de 1871), seu valor prático teve pouca importância em relação à qualidade de vida dos recém-nascidos, pois geralmente esses permaneciam até os seus 21 anos sob a autoridade dos senhores de suas mães e eram efetivamente tratados como escravos (SENADO FEDERAL DO BRASIL, 2012, p. 180). No entanto, a *Lei do Ventre Livre* conjuntamente com a *Lei Eusébio de Queiroz* (declarada em 1850, que proibia a entrada de novos escravos no país) faziam com que a escravidão estivesse com os dias contados no Brasil. Essas duas leis também confirmavam o discurso reformista do Império, que agora podia dizer ao mundo que a abolição da escravatura no país estava apenas na outra ponta de um processo gradual e modernizante.

Assim, dois anos após a promulgação da *Lei do Ventre Livre*, uma versão revisada do relatório da exposição brasileira em Viena de 1873 continha mais algumas linhas sobre "escravos brasileiros". As linhas apresentavam uma realidade maquiada – em uma cópia quase exata do relatório de Paris (1867) – referindo-se à qualidade de vida dos escravos brasileiros e atribuindo a escravidão às peculiaridades do passado colonial do país. No entanto, algumas frases foram adicionadas à nova publicação. Essas linhas se referiam à lei de 1871 ao dizer que “pela lei de 28 de setembro de 1871, ninguém nasce escravo no Brasil” e que “a escravidão tende a desaparecer [no Brasil] em poucos anos” (COMMISSION DU BRÉSIL À L’EXPOSITION UNIVERSELLE DE 1873, 1873, p. 63).

Uma cópia quase exata desse texto também se encontra no relatório brasileiro da Exposição Internacional do Centenário de 1876, na Filadélfia. No entanto, na publicação oficial brasileira referente à Filadélfia de 1876, após a

recorrente (e breve) descrição das condições relativamente boas em que os escravos brasileiros viviam no país e a menção à lei do ventre livre, uma frase sobre a natureza filantrópica dos brasileiros (que faziam doações para um fundo de emancipação) foi acrescentado ao tomo⁵ (COMMISSION DU BRÉSIL À L'EXPOSITION UNIVERSELLE DE 1876, 1867, p. 97). É importante ressaltar que tal narrativa colabora com o entendimento dominante que retrata “os escravos como vítimas passivas da escravidão, que não tinham voz e não fizeram nenhuma tentativa de resistir a ela. [Enquanto] os abolicionistas, em geral, eram retratados como homens brancos inconformados e descontentes com a exploração de corpos negros” (DE LIMA MARQUES, 2019).

No entanto, a aniquilação simbólica dos afro-brasileiros nas exposições do século XIX foi além das publicações das exposições, já que “as imagens de negros e escravos livres eram extremamente raras no contexto das exposições internacionais” (SCHUSTER, 2015b, p. 27). Nesse sentido, as exposições de pinturas da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) nos pavilhões brasileiros de Viena 1873 e Filadélfia 1876, mais precisamente quadros de Pedro Américo e Victor Meirelles – respectivamente Batalha de Campo Grande (1871) e Combate Naval do Riachuelo (1872) – podem ser vistos como exemplos de como os comitês brasileiros responsáveis pelas feiras mundiais selecionaram representações pictóricas que destacavam narrativas históricas nas quais afro-brasileiros eram excluídos.

O quadro Batalha de Campo Grande (1871) era considerado pelos críticos de arte brasileiros da década de 1870 como obra que “estabeleceu a relação entre a civilização [brasileira] e a barbárie [paraguaia]” (CARDOSO, 2007). Isso se deve em grande parte ao fato de a obra mostrar um grupo de brasileiros brancos, em uniformes militares de estilo europeu, vitoriosos sobre indígenas sem camisa que representavam o exército paraguaio. À frente das

⁵ « la philanthropie des habitants du Brésil, qui tous les ans, offre spontanément la liberté, à un nombre considérable d'esclaves ».

tropas imperiais vitoriosas, a figura triunfante do Conde d'Eu, de origem francesa e príncipe consorte do Brasil. No entanto, o que chama a atenção nessa famosa pintura é a total falta de soldados negros do lado brasileiro, parte considerável do Exército Imperial Brasileiro.

Além de servir como representação pictórica da Guerra do Paraguai da superioridade do exército brasileiro sobre seus países vizinhos, o Batalha do Campo Grande (1871) também serviu para recordar o porquê de o Brasil não ter conseguido enviar uma exposição satisfatória anos antes, em Paris 1867 (COMMISSION DU BRÉSIL À L'EXPOSITION UNIVERSELLE DE 1867, 1867, p. 3). Além disso, ao mostrar os brasileiros como uma população europeia, vestida à moda militar do velho continente atacando paraguaios com feições indígenas, a exposição Batalha de Campo Grande mostrava a nação como a herdeira natural da civilização europeia.

A pintura Combate Naval do Riachuelo (1872) também é criticada por sua representação distorcida do exército brasileiro na Guerra do Paraguai. Segundo Williams, “a convenção acadêmica e a política de memória altamente racista do império deram a Meirelles a liberdade de distorcer os principais aspectos históricos da batalha, diminuindo a presença de grande número de afro-brasileiros na força naval brasileira” (WILLIAMS, 2001, p.33). Desta maneira, essas duas pinturas excluíram soldados afro-brasileiros da representação da guerra, como se eles não tivessem feito parte dessas batalhas. As exposições públicas dessas obras durante as exposições da década de 1870 serviram aos objetivos imperiais de retratar a nação como uma extensão tropical da civilização europeia, estabelecendo a vitória brasileira sobre as “hordas bárbaras do Paraguai” como “uma conquista branca dentro da historiografia e da iconografia oficiais” (SCHUSTER, 2015a, p. 24).

Além dos quadros, uma foto - tirada pelo fotógrafo teuto-brasileiro Albert Henschel, chamada “Frucht-Verkaunferin no Rio de Janeiro” (1869), também conhecida como *A Baiana Quitandeira* – que retrata uma escrava-de-

ganho vendendo frutas, foi apresentada no pavilhão brasileiro em Viena (1873). Os escravos-de-ganho eram escravos que eram enviados para realizar pequenos negócios nas cidades e dar o lucro aos seus senhores. Essa prática era pouco conhecida pelos visitantes austríacos que muitas vezes tinham a impressão de que “os negros brasileiros faziam negócios de forma aparentemente livre e independente” (SCHUSTER & BUENVENTURA, 2017, p. 82). A fotografia acaba por sustentar a ideia de que a escravidão no país era menos severa do que em outras partes do mundo e que os escravos brasileiros viviam em um período de transição iniciado com a *Lei Eusébio de Queiroz* e que em breve culminaria com sua emancipação completa. No âmbito da mídia utilizada, Schuster e Buenaventura nos lembram que o fato de a Baiana Quitandeira ser uma fotografia, considerada na época um novo meio muito mais objetivo do que as formas mais antigas de reprodução, acrescentava um “efeito de realidade” à ideia de que os escravos brasileiros eram bastante livres e independentes em comparação com os escravos de outros países (*Ibid.*, p. 86).

O catálogo geral da Exposição Internacional de São Petersburgo de 1884 representa uma ruptura com as obras referentes às exposições universais dos anos anteriores, pois traz um texto completamente diferente sobre a escravidão no Brasil. O texto foi finalmente reescrito encerrando assim um período em que poucos parágrafos sobre os afro-brasileiros e a escravidão eram constantemente revisados – que havia ocorrido nos relatórios das exposições de Paris (1867), Viena (1873) e Filadélfia (1876). Isso talvez tenha ocorrido devido à confiança de que a *Lei do Ventre Livre* tenha sido entendida internacionalmente como o início do fim da escravidão no Brasil. Desta maneira, o livro de 120 páginas dá muito mais informações sobre a composição étnica do povo brasileiro, um relato mais detalhado da história da escravidão no país, bem como sua distribuição atual (em 1884) dentro do território nacional.

Quanto à composição étnica do povo brasileiro, a publicação a dividia de forma bastante simples: um terço de “raça branca pura”, um terço de “raça

africana ou índia” e um terço de “mestiços” (COMMISSION DU BRÉSIL À L’EXPOSITION INTERNATIONALE DE 1884, 1884, p. 4). Com relação à escravidão, uma tabela detalhada que separava a população de cada estado entre “livres” e “escravos” – dizia que havia 1.318.978 escravos para uma população total de 10.654.000 (*Ibid.*, p. 5). A tabela é seguida por um texto indicando que: “de acordo com os últimos dados estatísticos, o número de escravos foi reduzido para 1.150.000 e o número da população livre aumentou consideravelmente. Em 1873, o número de escravos era de 1.540.796. Houve, portanto, uma redução de 390.000 em dez anos” (*Ibid.*).

A obra também resume para seus leitores a história das reformas das leis sobre a escravidão que levaram o país à sua situação em 1884:



La traite des esclaves a été abolie dès 1851. Une loi du 28 septembre 1871 a déclaré libre désormais tout enfant né de parents esclaves et a affecté le produit de certains impôts à la libération des esclaves nés antérieurement à la loi. Et depuis cette époque les grands propriétaires ruraux et le peuple brésilien tout entier, secondant les généreux efforts du Gouvernement Impérial, aident à l’œuvre de l’affranchissement⁶ (*Ibid.*, p. 6)

É interessante notar que a publicação oficial atribui ao governo imperial o protagonismo no processo gradual de abolição da escravatura no país. O papel dos afro-brasileiros libertos ou escravizados nesse processo (através de sua participação em associações abolicionistas, na realização de eventos artísticos para angariar apoio, na instauração de ações judiciais e no apoio a revoltas e fugas de escravos) foi minimizado, para dizer o mínimo, pelo trabalho que colocava o protagonismo da abolição no papel desempenhado por seus antigos senhores (os grandes proprietários rurais), seguido por um grupo bastante genérico chamado de “todo o povo brasileiro” (*Ibid.*). Ao não descrever

⁶ “O tráfico de escravos foi abolido em 1851. Uma lei de 28 de setembro de 1871 agora declara livre qualquer criança nascida de pais escravos e destina o produto de certos impostos para a libertação de escravos nascidos antes da lei. E desde então os grandes proprietários rurais e todo o povo brasileiro, secundando os generosos esforços do Governo Imperial, ajudam na obra de emancipação”.

o papel desempenhado pelos afro-brasileiros no processo de sua própria abolição, o comitê brasileiro da exposição de 1884 praticou o aniquilamento simbólico dos afro-brasileiros no processo de sua própria emancipação, fazendo parecer que a abolição da escravatura no Brasil foi uma iniciativa exclusiva do governo e um projeto capitaneado somente homens brancos.

A Exposição Mundial de Paris de 1889 ocorreu em 6 de maio de 1889 – portanto um ano após a Lei Áurea, que finalmente abolia a escravidão no Brasil – e terminou em 31 de outubro de 1889 (duas semanas antes da Proclamação da República). A publicação brasileira a respeito da exposição (que era consideravelmente maior que as obras citadas anteriormente) dedicava várias páginas ao fim da escravidão no país. No entanto, a mesma tendência de representar os afro-brasileiros como vítimas passivas da escravidão e de colocar os homens brancos como os únicos atores da abolição da escravatura foi apresentada. No entanto, desta vez, um novo grupo foi descrito como agentes da abolição da escravatura no Brasil: os imigrantes europeus. Segundo a publicação, "sem a imigração branca e sem o grande número de trabalhadores europeus que faziam uso das terras, a abolição não poderia ter ocorrido em 1888 da maneira admirável, que aplaudimos, em um acordo muito raro para tais assuntos, [onde se encontraram] mentes práticas e corações generosos" (DA SILVA PRADO *Apud*. SANTA-ANNA NERY, 1889, p. 491).

É importante notar que um dos principais objetivos da participação do Brasil no evento foi a atração de imigrantes europeus para o país. Os imigrantes substituiriam a força de trabalho afro-brasileira recém-libertada: "o Brasil veio para Paris [...] para dar confiança a todos aqueles que estiverem dispostos a escolhê-lo como sua nova pátria, para lá levar o seu trabalho ou fazer crescer o seu capital" (SANTA-ANNA NERY, 1889, p. x). Portanto, pode-se dizer que a referida afirmação de que a imigração europeia é considerada decisiva para a abolição da escravatura no país foi uma forma de fazer com que o imigrante em potencial se sentisse um possível ator da história civilizatória do Brasil. No

entanto, tal afirmação – assim como a divulgação do objetivo principal da exposição brasileira em Paris de 1889 – revelam o preconceito racial generalizado dentro do império, pois demonstra que a possibilidade de transformar pessoas recém-libertas no novo Brasil em uma nova classe trabalhadora não foi seriamente considerada.

A dificuldade de inserção desta parcela da população brasileira no mercado de trabalho no pós-Lei Áurea é abordada no livro *Le Brésil*, publicado pelo Sindicato Franco-Brasileiro para a Exposição Universal de Paris de 1889. O texto, assinado pelo célebre geógrafo e economista francês Pierre Émile Levasseur (e executado sob a direção do Barão do Rio Branco), destaca a “incapacidade” dos brasileiros recém-libertos de competirem com os trabalhadores brancos nas cidades, bem como a necessidade de substituir o trabalho escravo, ao menos em parte, pela mão de obra imigrante (ÉMELIE LEVASSEUR, 1889, p. 37). A obra também demonstra preocupação com a tribulação que viria a ser encontrada pelos *senhores da casa grande*: “Muitos proprietários de terras se encontrarão empobrecidos ou momentaneamente incomodados: o luxo e a ampla hospitalidade das fazendas serão afetados e, o que é mais grave, haverá fazendas arruinadas”⁷ (*Ibid.*).

É interessante notar que tanto a publicação assinada por Santa-Anna Nery quanto o livro editado por Émile Levasseur - ambos publicados por ocasião da Exposição de Paris em 1889 – buscam relativizar o racismo no país sul-americano. Ambas as obras trazem consigo a ideia de que o país, apesar de seu passado opressor bastante recente, seria um lugar onde a intolerância racial era menor do que em outras terras onde a escravidão de povos africanos havia sido praticada. Enquanto Émile Levasseur baseava tal afirmação em relatos de estrangeiros que haviam visitado o Brasil, afirmando que “[os escravos

⁷ « Beaucoup de propriétaires se trouveront appauvris ou momentanément gênés: le luxe et la large hospitalité des fazendas s'en trouveront allectés et, ce qui est plus grave, il y aura des exploitations ruinées ».

brasileiros] foram muito mais bem tratados do que nos Estados Unidos e nas Antilhas inglesas e francesas” e que “no Brasil não existe o preconceito de cor como nos Estados Unidos e em várias colônias”⁸ (*Ibid.*), o trabalho de Santa-Anna Nery apresenta as impressões – escritas algumas décadas antes, em 1854 – de um diplomata belga, o Conde Auguste van der Straten-Ponthoz, sobre o racismo no Brasil e nos Estados Unidos:

Chez les Américains il n’y a point de compromis possible entre les deux races. Plus l’homme de couleur se rapproche de l’homme blanc, plus il rencontre d’antipathie et de répulsion. Les mœurs ont une cruauté excédent la rigueur de la loi qui fait l’esclave et rendant illusoire la loi qui l’émancipe. Au Brésil, l’affranchissement est une réalité politique et sociale. La couleur n’excite aucune répugnance, et la tolérance des mœurs va encore plus loin que la libéralité⁹ (VAN DER STRATEN-PONTHOZ *Apud.* SANTA-ANNA NERY, 1889, p. 490).

Desta maneira, segundo a opinião de Van der Straten-Ponthoz – e endossada pelo comitê brasileiro em Paris em 1889 - o caráter "não segregador" dos brasileiros, e do tipo de imigrante que o país queria atrair, ajudaria a construir a população brasileira do futuro: “a raça branca deve reconquistar a preponderância numérica através do contingente que a imigração europeia lhe dará e, simultaneamente, isso promoverá a reabilitação do escravo. [...] Ao lado do imigrante, todo escravo deve se tornar brasileiro em sua descendência” (*Ibid.*).

Para o Império do Brasil, a atração de imigrantes europeus era vista, portanto, como um meio de aumentar o “elemento branco (às vezes definido em termos culturais)” (SKIDMORE, 1969, p. 3) no Brasil. Com isso, “o elemento puramente negro iria desaparecer e a população brasileira gradualmente

⁸ « Selon le témoignage d'un grand nombre d'étrangers (Koster, A. de Saint-Hilaire, Gardner, Couty, etc.) y étaient beaucoup mieux traités qu'aux Etats-Unis et aux Antilles anglaises et françaises. Au Brésil, d'ailleurs, le préjugé de la couleur n'existe pas comme aux Etats-Unis et dans plusieurs colonies ».

⁹ “Entre os americanos não há compromisso possível entre as duas raças. Quanto mais o homem de cor se aproxima do homem branco, mais antipatia e repulsa ele encontra. Os costumes têm uma crueldade que excede o rigor da lei que faz o escravo e torna ilusória a lei que o emancipa. No Brasil, a emancipação é uma realidade política e social. A cor não provoca repugnância, e a tolerância da moral vai ainda mais longe do que a liberalidade das leis”.

embranquecer” (*Ibid.*). Essa estratégia se caracteriza, portanto, como uma tentativa de deslocar a aniquilação simbólica da escravidão do nível da representação para o mundo real. Mais do que uma decisão baseada no preconceito racial, o branqueamento da população brasileira foi entendido como um meio de reparar a ruptura “sócio-segregacional” causada por séculos de escravidão no país. Além disso, o embranquecimento da população também pode ser visto como uma estratégia para tirar a responsabilidade do governo brasileiro por sua cumplicidade na opressão de milhões de cidadãos brasileiros aos olhos das gerações futuras. Embora este último argumento possa ser considerado uma afirmação um tanto ousada, cabe lembrar que, poucos meses após o fim da exposição de Paris (1889), o então ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, ordenou a queima de documentos oficiais sobre a escravidão, tornando assim mais difícil para os afro-brasileiros a busca por direitos compensatórios (PIZA DUARTE, SCOTTI & DE CARVALHO NETTO, 2015).



CONCLUSÃO

As comissões dos pavilhões brasileiros nas exposições universais do século XIX estavam em sintonia com a agenda oficial do Império do Brasil em relação à imagem que o país queria passar ao exterior. Em relação ao retrato de sua população, os comitês brasileiros evitavam sistematicamente o tema da escravidão e, até certo ponto, a representação dos afro-brasileiros durante esses eventos. As técnicas utilizadas para fugir do assunto ou minimizar a dureza da escravidão no país, vão desde o completo apagamento (a aniquilação simbólica) da imagem de soldados negros em eventos importantes da história brasileira, a exibição de fotos de escravos brasileiros aparentemente engajados em práticas (como o comércio) que normalmente são realizadas por pessoas livres e a apresentação de relatos maquiados sobre as boas condições em que os escravos se encontravam no país.

Os relatos da escravidão contidos nas publicações relacionadas às exposições brasileiras podem ser divididos em dois grupos distintos. De 1867 a 1876, o texto sobre escravos e escravidão era, com exceção de alguns parágrafos, basicamente o mesmo e tentava minimizar as duras condições em que viviam os escravos afro-brasileiros no país. Entre uma exposição e outra, esses parágrafos eram editados para agregar as recentes reformas do país sobre a abolição da escravatura. Na década de 1880, quando ocorre a abolição oficial, que finalmente veio com a *Lei Áurea* em 1888, as obras passaram a compilar consideravelmente mais informações sobre o assunto do que em exposições anteriores. No entanto, como seria de esperar de uma exposição que pretende transmitir uma imagem positiva da nação para os seus pares, os textos das publicações de São Petersburgo (1884) e Paris (1889) centravam-se na abolição da escravatura e não necessariamente na sua existência. Além disso, o fim da escravidão legal no país foi comemorado como a vitória de um projeto liderado por homens brancos que desejavam que o passado fosse esquecido com o embranquecimento da população brasileira.

Características comuns às narrativas sobre a escravidão em catálogos e relatórios de exposições entre 1867 e 1889 são a *banalização* e a *derivação* da escravidão no país. É interessante notar que tal abordagem da natureza do trabalho forçado no país - ou seja, os relatos maquiados sobre as condições dos escravos africanos no Brasil, bem como a narrativa da generosidade de seus senhores - foi reproduzida em teorias sociais do século XX que (ao compararem as condições da escravidão nos Estados Unidos e no Brasil) descreviam uma relação paternalista e quase amistosa entre o escravo e o senhor de escravos no Brasil - como se vê no clássico de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (FREYRE, 2019).

Essas teorias levaram ao mito social da democracia racial, que existiria na República do Brasil (1889-) e teria profundas raízes socioculturais históricas, construídas ao longo de mais de três séculos de escravidão. Ao minimizar a

gravidade da escravidão no país e idealizar a relação entre senhores e escravos, essas narrativas continuam a desinformar a opinião pública. Desta maneira, segundo Kabengele Munanga, o mito da democracia racial brasileira “exalta a ideia de uma convivência harmoniosa entre indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão dos quais são vítimas na sociedade” (MUNANGA, 2004, p. 89). Portanto, para reparar as consequências sociais da escravidão, é preciso abordar as desigualdades que ela causou, bem como os processos que acabam por ocultá-las.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela, “Apropriação de Idéias no Segundo Reinado”. In Grinberg, Keila e Salles, Ricardo (orgs.). **Coleção O Brasil Império Vol. III (1870- 1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.1, p. 83-118.

BARBUY, Heloísa. O Brasil vai a Paris em 1889: Um lugar na Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. Nº 4(1), p. 211-216, 1996.

CARDOSO, Rafael. Ressuscitando um velho cavalo de batalha. Novas dimensões da pintura histórica do Segundo Reinado. **DezenoveVinte (19&20)**. V. 2(3), p. 1-20, 2007.

COMMISSION DU BRÉSIL À L'EXPOSITION UNIVERSELLE DE 1867. **L'Empire du Brésil à L'Exposition Universelle de 1867 à Paris**. Rio de Janeiro: Typographie Universelle de Laemmert, 1867.

COMMISSION DU BRÉSIL À L'EXPOSITION UNIVERSELLE DE 1873. **L'Empire du Brésil à l'exposition universelle de Vienne en 1873**. Rio de Janeiro: Typographie Universelle de E. & H. Laemmert, 1873.

COMMISSION DU BRÉSIL À L'EXPOSITION UNIVERSELLE DE 1876. **L'Empire du Brésil à L'Exposition Universelle de 1876 à Philadelphie**. Rio de Janeiro: Type Lith. do Imperial Instituto Artístico, 1876.

COMMISSION DU BRÉSIL À L'EXPOSITION UNIVERSELLE DE 1884, **Le Brésil à l'exposition internationale de Saint-Petersbourg 1884**. São Petesburgo: Imprimerie Trenké et Fusnot, 1884.

DA SILVA PRADO, M. E., Immigration. In Santa-Anna Nery, Frederico José (org.). **Le Brésil en 1889 – avec une carte de L'Empire**. Paris: C. Delegrave, 1889, p. 473-507.

DE LIMA MARQUES, Lorena. Muito além do 13 de maio: o Ceará tornava-se a primeira província brasileira a abolir a escravidão. **Palmares**, 2019 [<http://www.palmares.gov.br/?p=53715> (visitado em 06/06/2020)].

ÉMELIE LEVASSEUR, Pierre. **Le Brésil**. Paris: H. Lamirault et Cie Editeurs, 1889.

EICHSTEDT, Jennifer & SMALL, Stephen. **Representations of slavery: Race and ideology in southern plantation museums**. Washington DC: Smithsonian Institution Press, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Globo, 2019.

GERBNER, George & GROSS, Larry. Living with Television: the Violence Profile. **Journal of Communication**. N° 26(2), 172-199, 1976.

GOBINEAU, Arthur de. **Sur l'inégalité des races humaines**. Paris: Éditions Pierre Belfond, 1967.

MALANSKI, Daniel. As narrativas sobre os indígenas brasileiros nos megaeventos mundiais do século XXI. **Revista Extraprensa - Cultura e Comunicação na América Latina**. N° 13(1), p. 208-226, 2019.

MALANSKI, Daniel. L'anéantissement symbolique des Afro-brésiliens par l'Empire du Brésil dans les expositions universelles (1867-1889). **Caravelle - Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien**. N° 116, p.187-204, 2021.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Review: May-October 1850. **Neue Rheinische Zeitung Revue**. V. 5-6, 1850. [www.marxists.org/archive/marx/works/1850/11/01] (visitado em 23/05/2020)].

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra. **Exposições Universais. Espetáculos da Modernidade do Século XIX**, São Paulo: Hucitec, 1997.

PIZA DUARTE, Evandro; SCOTTI, Guilherme & DE CARVALHO NETTO, Menelick. Ruy Barbosa e a queima dos arquivos: as lutas pela memória da escravidão e os discursos dos juristas. *Universitas JUS*. N° 26(2), p. 23-29, 2015.

RYDEL, Robert. **All the World is a Fair: Visions of Empire at American International Expositions, 1876-1916**. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

SANTA-ANNA NERY, Frederico José. **Le Brésil en 1889 – avec une carte de L'Empereur**. Paris: C. Delegrave, 1889.

SCHUSTER, Sven. Envisioning a “Whitened” Brazil: Photography and Slavery at the World’s Fairs, 1862-1889. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. N° 26(2), p. 17-41, 2015a.

SCHUSTER, Sven. The Brazilian Native on Display: Indianist Artwork and Ethnographic Exhibits at the World’s Fairs, 1862-1889. *Riha Journal*. N° 127, p. 1-23, 2015b.

SCHUSTER, Sven & BUENAVENTURA, Alejandra. Entre blanqueamiento y paraíso racial: el Imperio de Brasil y la legitimación visual de la esclavitud en las exposiciones universales, p. 58-91. In Schuster, Sven, Quiñones, Hernández e Daniel, Óscar (orgs.). **Imaginando América Latina: história y cultura visual, siglos xix-xxi**. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2017, p. 58-91.

SENADO FEDERAL DO BRASIL. **Abolição no Parlamento: 65 anos de luta**. vol. II, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. Brazilian intellectuals and the problem of race (1870-1930). *The Graduate Center for Latin American Studies, Vanderbilt University, Occasional Paper*. N°6, p. 1-18, 1969.

VAN DER STRATEN-PONTHOZ, Auguste. **Le budget du Brésil, ou Recherches sur les ressources de cet empire dans leurs rapports avec les intérêts européens du commerce et de l’émigration**. Paris: Aymot, 1854.

VON MARTIUS, Karl Friedrich. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista de História de América*. N°42, p. 433-458, 1956.

WILLIAMS, Daryle. **Culture Wars in Brazil – The First Vargas Regime, 1930-1945**. Durham: Duke University Press, 2001.

RECEBIDO EM: 28/11/2022

PARECER DADO EM: 17/03/2023